

O discurso reacionário da Escola “sem” Partido e os ataques a Paulo Freire

The reactionary discourse of the School “without” Party and the attacks on Paulo Freire

Carla Carvalho
Antônio José Muller
Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)
Blumenau/SC-Brasil
Charles Immianovsky
Instituto Federal Catarinense (IFC)
Luzerna/SC-Brasil

Resumo

O ataque à figura do educador Paulo Freire revelou-se uma das ofensivas da organização Escola “sem” Partido. Este texto problematiza esses ataques a partir de revisão bibliográfica que analisou produções acadêmico-científicas sobre a Escola “sem” Partido publicadas entre 2016 e 2018, e quatro livros de Paulo Freire. Problematisa-se a ameaça dos ataques ao educador frente à normas constitucionais vinculadas ao tema Educação e sob uma perspectiva crítica. Conclui-se com o estudo que: uma escola “sem” partido é uma ideia e uma proposta antidemocrática, ao pautar-se no ataque a princípios de uma educação democrática; e que o legado de Paulo Freire se constitui enquanto uma proposta de educação democrática. Diante desse antagonismo, compreende-se que os ataques feitos a Paulo Freire se constituem ameaça à educação brasileira.

Palavras-chave: Educação; Paulo Freire; Escola “sem” Partido.

Abstract

The attack on the figure of educator Paulo Freire revealed being one of the organization's offensives Escola “sem” Partido (Nonpartisan School). This text problematizes these attacks based on a bibliographical review that analyzed academic-scientific productions about the Escola “sem” Partido published between 2016 and 2018, and four books by Paulo Freire. It problematizes the threat of attacks on educators in the face of constitutional norms linked to the theme of Education and from a critical perspective. The study concludes that: a nonpartisan school is an anti-democratic idea and proposal, as it is based on an attack on the principles of democratic education; and that Paulo Freire's legacy constitutes itself as a proposal for democratic education. Given this antagonism, it is understood that the attacks made on Paulo Freire constitute a threat to Brazilian education.

Keywords: Education; Paulo Freire; School “without” Party.

Charles Immianovsky, *Biblioteca I*, 2018.
Vídeo-escultura. Madeira, concreto, tela com exibição de vídeo



(Para assistir ao vídeo acione a câmera do celular na direção do QR code ao lado da imagem).

1. Introdução

A vídeo-escultura *Biblioteca I* (2018), epígrafe deste artigo, integrou a exposição *existiResistir*, realizada pela primeira vez em outubro de 2018 na Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Blumenau. *Biblioteca I* (2018) e outras obras da exposição *existiResistir* (2018) tratam do contexto de ofensivas conservadoras, autoritarismo e retrocesso de conquistas sociais que se manifestaram no País, com maior nitidez, a partir daquilo que Tommaselli (2018, p. 58) expôs como “ciclo do Golpe de Estado de 2016”.

Os “tempos de Golpe” conduziram a uma rápida imposição de alterações constitucionais e (contra)reformas educacionais, acompanhadas de documentos normatizadores que trataram de colocá-las em funcionamento e que provocou impacto sobre a garantia de efetivação de uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade e democrática no Brasil para todos e todas. Entre as imposições, destacam-se: a Emenda Constitucional (EC) N.º 95, de 15 de dezembro de 2016, conhecida como a “PEC do Fim do Mundo”, a Lei N.º 13.365/2016, de 29 de novembro de 2016, que aprovou a privatização do Pré-Sal e do Regime de Partilha, comprometendo a aplicação de investimentos na educação, a Lei N.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, conhecida como Reforma do Ensino Médio, que impactou a estrutura curricular desse nível de ensino ao estimular um sistema dual de ensino (Cunha, 2017, p. 379).

Em “tempos de Golpe” uma outra ameaça à educação brasileira passou a ser percebida com maior nitidez – a organização Escola “sem” Partido –, conforme afirmaram

pesquisadores como Frigotto (2017a), Penna (2017) e Tommaselli (2018). Embora a Escola “sem” Partido parecesse não ter condições de prosperar dada a inconsistência jurídicaⁱ e teórica, conforme afirmaram Queiroz e Oliveira (2018), devido às articulações que a organização teceu com grupos conservadores da sociedade civil e com grupos políticos conservadores, ela ganhou capilaridade. Essa rede de apoio que a Escola “sem” Partido teceu revelou que se tratava de uma “[...] organização especializada, que cumpre funções específicas de propaganda, mobilização e controle no âmbito de uma vertente partidária compromissada com a defesa de prerrogativas econômicas, políticas e socioculturais ultraconservadoras” (Algebaile, 2017, p. 70). Por isso, optou-se por utilizar no artigo a categoria “organização” para identificá-la.

Diante deste cenário, foi urgente denunciar e combater a organização Escola “sem” Partido e suas ideias. A vídeo-escultura *Biblioteca I* (2018) faz parte desse movimento. A ação de cimentar livros do educador brasileiro Paulo Freire denuncia o ataque sistemático feito pela organização e por seus apoiadores e apoiadoras à figura e a produção intelectual desse educador brasileiro; isso ficou explícito em matérias publicadas no site da organização (escolasempartido.org), como as intituladas: *Em 1964, ex-deputada Sandra Cavalcanti já alertava contra a picaretagem do método Paulo Freire*, publicada em 17 de fevereiro de 2020 e *Freire: o patrono da doutrinação*, publicada em 04 de junho de 2012.ⁱⁱ

Ao se visualizar esse contexto, desenvolveu-se um estudo sobre as ideias, os objetivos e as ações da organização Escola “sem” Partido e sobre as ideias de Paulo Freire no que tange à educação, com o objetivo de explicitar e confrontar ambas, problematizando os ataques da organização ao educador. O estudo explorou um conjunto de produções acadêmico-científicas sobre a organização Escola “sem” Partido, publicadas entre 2016 e 2018, a saber: o livro *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira* (Frigotto, 2017b) que inclui dez artigos de 20 pesquisadores e foi o primeiro livro publicado sobre o tema; um grupo de teses e dissertações localizadas em levantamento realizado junto ao repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em dezembro de 2018ⁱⁱⁱ; além de três textos publicados por Fernando de Araújo Penna (2018a, 2018b, 2018c, 2018d), um dos fundadores do Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP) e do Movimento Educação Democrática (MED). Ainda, o estudo explorou quatro livros de Paulo Freire – *Educação como prática da liberdade* (1974), *Conscientização: teoria e prática da libertação* (1979), *Pedagogia do*

Oprimido (1987) e *Pedagogia da Autonomia* (1996) – e normas constitucionais e infraconstitucionais brasileiras vinculadas ao tema Educação. Este artigo é resultado deste estudo.

2. A organização Escola “sem” Partido: o reacionarismo na educação brasileira

A autodenominada “Escola sem Partido”, criada em 2004 pelo advogado paulistano Miguel Nagib, sempre se apresentou como uma iniciativa apartidária e sem ideologia de alguns pais e estudantes preocupados com uma suposta contaminação político-ideológica (de esquerda) nas escolas e universidades brasileiras. Essa suposta contaminação parte da premissa de que professores adeptos à “ideologia de esquerda” estariam se aproveitando da condição de autoridade máxima em sala de aula para “fazer a cabeça” dos estudantes e doutriná-los. Assim se expressa Miguel Nagib no site da organização (escolasempartido.org), na seção intitulada “Quem somos”: “A pretexto de transmitir aos alunos uma ‘visão crítica’ da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores abusa da liberdade de cátedra e se aproveita do segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo” (Escola Sem Partido, 2019a, n.p.).

Identifica-se que a organização atuou nesse suposto combate de duas principais formas: por meio do site da organização (escolasempartido.org), criado e coordenado por Miguel Nagib; e por meio da disseminação do Programa Escola “Sem” Partido. Publicação no site da organização, na seção “Quem somos”, em seus objetivos, expressa a intencionalidade na criação da plataforma; assim informa a publicação:

[...] dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários. E o modo de fazê-lo é divulgar o testemunho das vítimas, ou seja, dos próprios alunos (Escola Sem Partido, 2019b, n.p.).

Quanto ao Programa Escola “sem” Partido, trata-se de uma proposta de alteração da legislação educacional brasileira, via Projeto de Lei (PL) para tornar obrigatória a afixação do cartaz “Deveres do professor” em todas as salas de aula do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Segundo publicação postada no site da organização, o Programa é uma proposta que visa “[...] informar e educar os alunos sobre o direito que eles têm de não ser doutrinados por seus professores; [...] informar e educar os professores sobre os limites éticos e jurídicos da sua liberdade de ensinar” (Escola Sem Partido, 2019c, n.p.). Um modelo de anteprojeto de lei foi disponibilizado no site da organização, incentivando sua replicação.

Entretanto, pesquisadores têm demonstrado que aquilo que a Escola “sem” Partido dissemina sobre sua constituição, sua atuação e sobre suas premissas não corresponde ao que, de fato, ela é e objetiva, bem como não se sustenta teoricamente e juridicamente. Nesse sentido, uma primeira questão importante a se desvelar se refere à forma como a organização se autodenomina – “Escola sem Partido” – e se autorrepresenta – apartidária e não ideológica. Para Penna (2018a), o nome cuidadosamente escolhido tenta velar as vinculações partidárias e ideológicas da organização, impondo uma suposta realidade: de que existe uma escola “com” partido e uma escola “sem” partido.

Esse caráter partidário e ideológico velado é demonstrado por Espinosa e Queiroz (2017) por meio de acurada Análise das Redes Sociais (ARS) da organização. Ainda, Queiroz e Oliveira (2018) afirmam que as articulações de representantes da Escola “sem” Partido com instituições liberais e grupos conservadores confirmam que a suposta neutralidade não existe, uma vez que se verificou, por exemplo, segundo esses autores: a ligação do coordenador da organização, Miguel Nagib, com o Instituto Millenium, entidade que propaga o pensamento liberal; a ligação da chamada bancada religiosa da Câmara dos Deputados, em Brasília, com representantes da Escola “sem” Partido. Já Algebaile (2017) mostra essa aproximação entre políticos e a Escola “sem” Partido ao chamar atenção para o fato de que, no site da organização, no qual está disponibilizado o modelo de anteprojeto de lei, há um link – “Escola sem Partido nas Eleições” – pelo qual se poderia acessar propaganda política de candidatos a prefeito e a vereador em municípios de 14 estados, que se tornou possível a partir de um acordo estabelecido entre a organização e os políticos.

Segundo Algebaile (2017), o acordo funcionava do seguinte modo: havia um termo de compromisso assinado pelo candidato e chancelado pela organização, divulgado ao lado de um cartaz de propaganda do candidato, e a contrapartida estava no compromisso que o candidato assumia: se eleito, ele apresentaria ou apoiaria, no primeiro mês de mandato, um PL sedimentado no Programa Escola “sem” Partido.

Além de revelar que a suposta neutralidade política e ideológica que a organização Escola “sem” Partido tentou sustentar não existe, o conjunto de produções acadêmico-científicas investigado mostra que a organização, com suas ideias, seus objetivos e suas ações buscou: a “[...] criminalização das concepções de conhecimento histórico e de formação humana” (Frigotto, 2017a, p. 18), reforçando uma concepção de escolarização que se aproxima de um neotecnicismo (PENNA, 2017); inviabilizar qualquer iniciativa e proposta que

aborde a discussão de gênero (Mattos *et al.*, 2017; Roseno, 2017); dificultar e criminalizar quaisquer iniciativas e propostas que abordem o tema diversidade sexual ou que encampem o combate ao preconceito, ao sexismo e à LGBTfobia, além da ofensiva contra os livros didáticos com abordagem crítica e reflexiva sobre esses temas (Mattos *et al.*, 2017); impor mecanismos de contenção contra os avanços da laicidade do Estado e da secularização da cultura (Moura, 2016); promover a desqualificação da profissão docente (Ramos, 2017), especialmente pelo incentivo, na escola, de práticas de denúncia e perseguição aos professores e professoras – especificamente os de concepção crítica da educação. Este último ponto é que ganhou centralidade no âmbito deste artigo, uma vez que os ataques à figura de Paulo Freire e a suas ideias sobre educação estão intimamente relacionados à tentativa da organização de enfraquecer o caráter educativo da escola, principalmente pela criminalização das perspectivas críticas em educação.

Enquanto os inúmeros PLs sedimentados no Programa Escola “sem” Partido eram propostos e tramitavam nas casas legislativas, foram publicitados episódios de perseguição e censura aos professores, entre os quais denúncias por doutrinação ideológica e manifestações nas redes sociais de apoiadores e apoiadoras da organização e no próprio *site* da Escola “sem” Partido, incentivando estudantes a filmarem professores em supostas práticas de doutrinação. As tentativas de censurar e perseguir os professores foram incentivadas e justificadas pela organização Escola “sem” Partido e por seus apoiadores e apoiadoras, conforme afirmou Ramos (2017), com base no pressuposto de que o professor seria um agente opressor e o aluno um ser passivo nas relações pedagógicas. A perseguição e censura aos professores promovida pela organização e por seus apoiadores e apoiadoras consistia numa estratégia para promover a desqualificação da profissão docente, com impactos sobre a figura do professor pois, conforme demonstrou Katz (2017), a estratégia produzia identidades docentes desejáveis que funcionam como posições de sujeito a serem ocupadas pelos docentes (Katz, 2017); diga-se, assolapando posturas críticas e plurais desses profissionais.

As práticas de censura e perseguição promovidas e incentivadas pela Escola “sem” Partido vão de encontro, por exemplo, aos princípios do Art. 206 da Constituição Cidadã (BRASIL, 1988), reiterados e ampliados pelo artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394/1996 (Brasil, 1996). No âmbito dessa legislação, são flagrantes a inconstitucionalidade e o caráter antidemocrático das práticas de censura e perseguição

promovidos e incentivados pela organização Escola “sem” Partido, pois elas afrontam o princípio da liberdade de ensinar, pesquisar e divulgar a diversidade de conhecimentos, atacam o princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e desvalorizam o profissional da educação. Em síntese, conforme afirmou Frigotto (2017a, p. 31), “a pedagogia da confiança e do diálogo crítico é substituída pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores”.

Ainda, essa prática de censurar e perseguir os professores é problemática porque, conforme afirmou Ramos (2018), a organização equipara pensamento crítico à doutrinação, insistindo na defesa do pensamento único. Essa confusão entre pensamento crítico e doutrinação é observada, por exemplo, na proposição da organização de instituir, por meio do Programa Escola “sem” Partido, que se afixe em cada sala de aula o cartaz intitulado “Deveres do professor” com dizeres como: *“o professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”* (Escola Sem Partido, 2019d, n. p.). O problemático nessa proposição é que a organização, ao sustentar que a escola deve “respeitar o direito dos pais”, prejudica e/ou dificulta a manifestação e o debate plural de ideias, valores e convicções na escola. Só é possível respeitar pais e estudantes nas suas concepções, valores e saberes ao permitir que eles não sejam censurados na escola e não o contrário. A primazia dos valores de ordem familiar sobre a educação escolar torna inviável o confronto de ideias, tolhe as diversas compreensões sobre determinado tema, sobre valores e convicções e, em última análise, impede o exame crítico destas.

A organização Escola “sem” Partido, ao buscar censurar e perseguir professores e professoras e criminalizar a profissão docente e as perspectivas críticas em educação, objetiva impor, conforme afirmou Ramos (2017), o pensamento único, uma vez que age para negar o direito de professores e estudantes a promoverem diferentes reflexões políticas, ideológicas e religiosas e à construção do pensamento autônomo mediado pelo conhecimento sistematizado. Assim, além de ser inconstitucional e antidemocrático, é um verdadeiro contrassenso querer negar esse direito, uma vez que ignora a premissa de que é a heterogeneidade, e não a homogeneidade, que permeia a sala de aula. Um espaço que tem por princípio ensinar e valorizar o pluralismo de ideias e pensamento não pode criar obstáculos para a multiplicidade e a pluralidade, condições necessárias para diálogo profícuo no desenvolvimento do pensamento e construção do conhecimento e que permitem aos

indivíduos (estudantes e professores) alcançarem a plenitude da sua dignidade enquanto cidadãos.

Diante do exposto, afirma-se que postulados como os propostos pela organização Escola “sem” Partido não se sustentam, pois colocam em suspensão princípios educacionais e democráticos basilares consolidados na legislação e na sociedade brasileiras. Nestes termos, a proposta pretendida pela organização é inconstitucional e antidemocrática; e é esse seu caráter antidemocrático uma das dimensões que caracteriza o “discurso reacionário” da organização, conforme discutiu Penna (2018d, p. 568). Quanto à dimensão antidemocrática desse discurso, Penna (2018d) explica que está relacionada ao fato de a organização transformar em inimigos aqueles contrários e críticos à proposta, agindo para excluí-los do debate por meio de estratégias de denunciamento, censura e criminalização. E, nesse ponto, censura e perseguição aos professores e professoras e ataques sistemáticos à figura de Paulo Freire também são exemplos dos reais objetivos.

Na sequência, buscou-se evidenciar algumas ideias centrais de Paulo Freire sobre educação no intuito de explicitar o caráter democrático de sua proposta educacional, de modo a problematizar os sistemáticos ataques realizados pela organização Escola “sem” Partido à figura do educador.

3. O legado de Paulo Freire: uma proposta de educação democrática

Em 2021 comemorou-se o centenário de nascimento de Paulo Freire, um dos mais importantes educadores brasileiros que dedicou mais de 50 anos de sua vida a diversas atividades no campo da Educação, entre elas a sua atuação como educador, pesquisador e escritor. Paulo Freire, com seus mais de trinta livros publicados e traduzidos para diversos idiomas, deixou um legado para a educação que justifica o reconhecimento que recebeu (e recebe) nacionalmente e internacionalmente. Entre os títulos que expressam o reconhecimento do educador está o título de Patrono da Educação Brasileira e os 41 títulos de doutor *Honoris Causa* a ele concedidos por importantes universidades do mundo.

Embora se reconheça que a pedagogia de Paulo Freire se desenvolveu no âmbito da educação de grupos populares e não alfabetizados, a robustez de sua pedagogia justifica e expressa a sua disseminação por diversos temas e modalidades da educação. Assim, o estudo evidencia três ideias centrais da pedagogia de Paulo Freire a partir de quatro obras do autor. Este recorte foi necessário e assim se procedeu porque também se reconhece que a extensão do legado de Paulo Freire (em termos quantitativos), torna impossível que este seja

desenvolvido de forma extensiva em um único artigo.

Uma primeira ideia central da obra de Paulo Freire é a problematização da contradição implícita aos pares opressor-oprimidos e/ou educador-educandos. Para Freire (1987), esses pares contêm implicitamente relações humanas opressoras e estão baseadas na prática da prescrição e da narração. Essas práticas conduzem à imposição de uma consciência à outra, por isso a prescrição e a narração geralmente são acompanhadas de uma pauta que é estranha ao oprimido e é o que permite ao opressor manter os oprimidos em sua alienação (Freire, 1987).

Na educação, quando a prescrição e a narração tomam conta da mediação dos conteúdos, professores oprimem seus alunos em sua alienação, pois, segundo Freire (1987, p. 37, grifos do autor), “a narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em ‘vasilhas’, em recipientes a serem ‘enchidos’ pelo educador.” Assim, a prescrição e a narração enquanto ferramentas de imposição de conteúdos e valores demarcam uma relação sujeito-objeto a qual reforça sempre mais e mais a posição de alguém que sabe e a de um outro que não sabe. Para Freire (1974), a rigidez dessas posições (sujeito-objeto) tem como elemento central a negação do diálogo, da prática dialógica e a (re)afirmação do antidiálogo.

Por outro lado, para Freire (1974), o diálogo, intrínseco à relação dialógica, torna-se elemento da superação da condição opressora porque só ele torna possível a comunicação, porque ele é amoroso, ou seja, “[...] quando os dois polos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação” (Freire, 1974, p. 107).

Os elementos que fundamentam o antagonismo do dialógico e do antidiológico foram explicitados por Freire (1987) na teoria da ação dialógica e na teoria da ação antidiológica. A primeira, opera para manter a opressão por meio de quatro dimensões: conquista, dividir para manter a opressão, manipulação e invasão cultural; a segunda, a teoria da ação antidiológica, age para libertar, por meio de outras quatro dimensões: colaboração, união, organização e síntese cultural (Freire, 1987).

Enquanto na teoria da ação antidiológica a conquista implica num sujeito que faz comunicados, ou seja, “depósito” de mitos que transformam o(s) outro(s) em quase “coisa”, anestesiando-o(s) para que este(s) não pense(m), na teoria da ação dialógica, na qual os

sujeitos se encontram em diálogo, estes se permitem a transformação de si e do mundo em colaboração (Freire, 1987).

Na teoria da ação antidialógica o poder opressor age para criar cisões entre os oprimidos, para enfraquecê-los mais do que já estão (dividir para manter a opressão), já na teoria da ação dialógica, o esforço da liderança é pela libertação por meio da união dos oprimidos entre si e deles com a liderança (Freire, 1987); ou seja, “[...] para dividir, é necessário manter o dominado ‘aderido’ à realidade opressora, mitificando-a, para o esforço de união, o primeiro passo é a desmistificação da realidade” (Freire, 1987, p. 108, grifo do autor).

Quanto à manipulação, na mecânica da teoria da ação antidialógica, esta serve à conquista, pois é condição indispensável ao ato dominador; e, antagonizando com a manipulação se tem, na teoria da ação dialógica, a organização das massas, que está diretamente ligada à dimensão da união, enquanto desdobramento desta (Freire, 1987).

Quanto à invasão cultural, esta é a imposição da visão de mundo do invasor (opressor) aos invadidos (oprimidos), ação que freia a criatividade dos oprimidos e a sua expansão por de meio uma lógica que vê o invasor como sujeito de e da cultura e reserva aos invadidos a posição de objetos desta (Freire, 1987). Por outro lado, na teoria da ação dialógica, o que se pratica é a síntese cultural, no qual:

[...] os atores, desde o momento mesmo em que chegam ao mundo popular, não o fazem como invasores. [...] porque, ainda que cheguem de ‘outro mundo’, chegam para conhecê-lo com o povo e não para ‘ensinar’, ou transmitir, ou entregar nada ao povo (Freire, 1987, p. 113).

Na prática educacional, a síntese cultural é explicitada no conceito de temas geradores de Freire (1987), que significa, em termos gerais, a captação dos temas básicos a partir do grupo com quem se trabalha e, de posse desse conhecimento, organiza-se o conteúdo programático para a ação com ele.

As quatro dimensões da teoria da ação dialógica conduzem a explicitação de um outro conceito central na pedagogia freiriana – o da práxis; a práxis é “[...] reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo [...]” (Freire, 1987, p. 25). Segundo Freire (1987) nenhuma das quatro dimensões se dá fora da práxis, assim, a superação da relação opressora só é possível por meio da práxis. A exigência dessa unidade dialética – ação-reflexão – se dá

porque a práxis só é possível na relação homem-realidade, modo pelo qual os homens se transformam e transformam o mundo (Freire, 1987, 2013).

Depreende-se então que, no âmbito das relações educacionais, diálogo e práxis são indissociáveis; o que é o equivalente a compreender

que o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação. Por isto, o pensar daquele não pode ser um pensar para estes nem a estes imposto (Freire, 1987, p. 41).

Compreende-se que a opressão implícita na prescrição e na narração sustenta uma relação antidialógica, e que esta relação sujeito-objeto, na educação, é explicitada naquilo que Freire (1987) chamou de educação bancária e caracterizou como uma educação em que o saber aparece como algo a ser doado pelos que se julgam sábios àqueles que julgam nada saber. Para Freire (1987, p. 38) é uma “doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro.” A educação bancária coloca em funcionamento os instrumentos da opressão e, por isso, poderia-se dizer que é a expressão de uma “pedagogia da opressão”. E, assim, ao manter-se na contradição educador-educandos (opressor-oprimidos), essa pedagogia nunca poderá ser crítica, emancipatória, democrática.

Neste sentido, uma segunda ideia central da pedagogia freiriana é *educação problematizadora*, que está fundamentado numa relação dialógica entre educador e educando e centrada na práxis; por isso, na educação problematizadora, a contradição educador-educandos (sujeito-objeto) dá lugar a uma relação entre sujeitos, em que “[...] o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado [...]” (Freire, 1987, p. 44).

A educação problematizadora visa à conscientização, à emancipação, à democracia, por isso a liberdade é conceito central da educação problematizadora. A concepção de liberdade, em Paulo Freire, “[...] é a matriz que dá sentido a uma educação que não pode ser efetiva e eficaz senão na medida em que os educandos nela tomem parte de maneira livre e crítica” (Freire, 1979, p. 27). Nesse sentido, Paulo Freire (Freire, 1987, p. 44) afirma que os “argumentos de autoridade” já não se sustentam, perdem seu valor, porque, para ser,

funcionalmente, autoridade, é necessário estar sendo com as liberdades dos outros sujeitos (que não são objetos) e não contra elas.

Freire (1974) explicitou que a liberdade e a relação dialógica são elementos fundamentais na transitividade de consciência no comportamento do homem e que, por sua vez, é essencial à democracia. Democracia compreendida aqui enquanto uma forma de vida e não restritamente como forma de governo. Nas palavras do autor: “a democracia que, antes de ser forma política, é forma de vida, se caracteriza sobretudo por forte dose de transitividade de consciência no comportamento do homem” (Freire, 1974, p. 80).

A transitividade de consciência é análoga a uma maior flexibilidade de consciência; flexibilidade que, segundo Freire (1974), envolve um aspecto que é intrínseco à própria essência da democracia – a mudança. Explica o autor: “Os regimes democráticos se nutrem na verdade de termos em mudança constante. São flexíveis, inquietos, devido a isso mesmo, deve corresponder ao homem desses regimes, maior flexibilidade de consciência” (FREIRE, 1974, p. 90). À educação então se reserva um papel fundamental nesse processo de mudança no qual opera a transitividade e a flexibilidade.

Uma terceira ideia central sobre educação nos textos de Paulo Freire é a explicitação da especificidade do *professor enquanto um profissional da educação* e do que isso representa em termos da sua necessária valorização. Ser professor exige muito mais do que a capacidade de prescrever, narrar, transmitir conteúdo, conforme expôs o educador em *Pedagogia da Autonomia* (1996). Neste livro Paulo Freire organiza em três capítulos 28 princípios necessários para o ensinar, a saber:

(1) Não há docência sem deiscência – por isso, ensinar exige, como princípio, rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, estética e ética, corporeificação das palavras pelo exemplo, risco, aceitação do novo e rejeição à discriminação, reflexão crítica sobre a prática, reconhecimento e assunção da identidade cultural (Freire, 1996);

(2) Ensinar não é transferir conhecimento – por isso ensinar exige, como princípio, consciência do inacabado, reconhecimento de ser condicionado, respeito à autonomia do ser do educando, bom senso, humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores, apreensão da realidade, alegria e esperança, convicção de que a mudança é possível e curiosidade (Freire 1996);

(3) Ensinar é uma especificidade humana – por isso ensinar exige, como princípio,

segurança, competência profissional e generosidade, comprometimento, compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo, liberdade a autoridade, tomada consciente de decisões, saber escutar, reconhecer que a educação é ideológica, disponibilidade para o diálogo, querer bem aos educandos (Freire, 1996).

Entende-se que estes princípios para o ensinar mostram a complexidade do ser professor, e que estes não podem se desenvolver fora de condições concretas para realizá-las, condições estas que tocam na valorização destes profissionais. Cabe ao professor o dever de realizar sua tarefa docente, mas, conforme chama atenção Freire (1996, p. 66), “para isso, precisa de condições favoráveis, higiênicas, espaciais, estéticas, sem as quais se move menos eficazmente no espaço pedagógico. Às vezes, as condições são de tal maneira perversas que nem se move”. Nesse sentido, advogar pela valorização de professores e professoras passa tanto por melhores condições de trabalho e salário, mas também pelo reconhecimento enquanto um profissional da educação.

Considerando o exposto, pode-se aferir que as ideias que fundamentam a pedagogia freiriana, especialmente porque centram-se na superação da opressão nas relações sociais e educacionais, expressam que a sobrevivência da democracia depende também do fazer reverberar o modo de vida democrático na educação e na escola. Nesse sentido, a pedagogia freiriana informa que a educação não pode servir à reprodução de relações desiguais de poder, pois estas relações excluem milhares de homens e mulheres da sociedade, milhares de crianças e jovens das escolas, mantendo-os oprimidos na sua alienação. A superação destas relações é que permite a conscientização, a emancipação, a libertação, a democracia.

É por isso que se reconhece e se defende aqui a pedagogia freiriana como uma proposta de educação democrática nos termos elaborados por Penna (2018b), uma vez que reverbera desse conjunto de ideias de Paulo Freire uma proposta de educação que não se restringe à qualificação para o trabalho, que explicita o combate a qualquer forma de opressão e que destaca a necessária valorização do professor enquanto um profissional da educação.

4. Os ataques a Paulo Freire: o discurso reacionário na educação brasileira

Ao se evidenciarem, nas duas seções anteriores, ideias, objetivos e ações da organização Escola “sem” Partido e ideias centrais de Paulo Freire sobre educação se evidencia também o antagonismo entre as propostas. Antagonismo marcado por um projeto antidemocrático de educação da Escola “sem” Partido e uma proposta de educação

democrática postulada pela pedagogia de Paulo Freire. Para explicitar esse antagonismo, elaborou-se um quadro síntese das ideias sobre educação propostas pela Escola “sem” Partido e por Paulo Freire, conforme pode se verificar no quadro abaixo:

Quadro 1. Síntese das ideias sobre educação da Escola “sem” Partido e de Paulo Freire

Tópico	Escola “sem” Partido	Paulo Freire
Visão de educação	Nega a dimensão política da educação.	Afirma a dimensão política da educação.
Relação pedagógica	Reforça o antagonismo entre quem ensina e quem aprende; reforça o antidiálogo.	Relação na qual todos ensinam e aprendem; relação dialógica.
Relação educador-educandos	Relação sujeito-objeto.	Relação sujeito-sujeito.
Imagem que propaga do professor	Um doutrinador.	Um profissional da educação responsável por estimular o pensamento crítico e fecundo.
Imagem que propaga dos estudantes	Uma vítima do professor-doutrinador.	Sujeito histórico que tem papel ativo no processo pedagógico.
Relação com o conhecimento	Evidencia o pensamento único.	Evidencia o pensamento autônomo mediado pelo conhecimento sistematizado.
Saberes e valores	Defende a primazia dos valores de ordem familiar sobre educação escolar.	Valoriza os saberes e valores dos sujeitos problematizando-os no processo de ensino.
Concepção de escolarização	Reforça uma concepção de escolarização que se aproxima de um neotecnicismo.	Concebe o homem como sujeito histórico e evidencia a formação humana emancipadora.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A principal contradição do ataque da organização Escola “sem” Partido a Paulo Freire é denunciá-lo como o pai da doutrinação de esquerda. Uma breve análise de suas principais obras permite-nos reconhecer que o postulado freiriano nada têm de doutrinador, afinal, como acusá-lo de doutrinador se a sua própria pedagogia denuncia a imposição e a opressão?

Quanto à tentativa da organização Escola “sem” Partido de imputar a Paulo Freire e a seu legado um suposto caráter doutrinador e político (no sentido restrito de partidário), ela acaba explicitando a imposição de uma falsa verdade produzida pelo discurso da organização, visto que o político na pedagogia de Freire se refere à atuação de sujeitos sob relações de poder no campo da Educação, e que, dadas as posições que se assume ou se determina nessas relações, manifestar-se-á a opressão ou a liberdade, a alienação ou a emancipação. Trata-se de explicitar que, na educação, do mesmo modo como em qualquer outra relação social, não há neutralidade possível. Fazer política na educação passa por ensinar a ler criticamente o

mundo, a política cotidiana presente nas nossas ações diárias. Assim, o discurso da Escola “sem” Partido que dissemina que parte dos professores brasileiros são doutrinadores, especialmente influenciados pela pedagogia freiriana, também não se sustenta, uma vez que a pedagogia de Freire é justamente o oposto de qualquer forma de opressão.

Diferente do discurso da Escola “sem” Partido que propaga que os professores são doutrinadores, que se aproveitam da sua posição de autoridade máxima na escola para fazerem a cabeça dos estudantes (a organização dissemina a ideia de que os estudantes são sujeitos passivos do processo pedagógico), Paulo Freire, defende uma pedagogia na qual professores e educandos sejam sujeitos que tomem parte de maneira livre e crítica no seu processo de educação.

5. Considerações Finais

Retorna-se aqui ao registro da vídeo-escultura que abre esse artigo e aos sentidos elaborados pelos signos que a constituem. Em *Biblioteca I* (2018), há obras de Paulo Freire cimentadas. Silenciadas em meio a outras ideias, ou ainda, como possível sustentação a um ideário educacional que está sob ataque, a vídeo-escultura provoca ao diálogo. Buscou-se nela e com ela entender o silenciamento à obra de Paulo Freire e como este é uma estratégia para calar os professores e professoras e o movimento democrático da educação no Brasil.

A demonstração de que os ataques da organização Escola “sem” Partido a Paulo Freire, justificados pelo suposto conteúdo doutrinador, são inconstitucionais, antidemocráticos e inconsistente talvez pode explicar por que em 2021, quando se comemorou o centenário de nascimento do patrono da educação brasileira também se festejou a vividez do seu pensamento; enquanto, “ao mesmo tempo”, a organização Escola “sem” Partido apresentou sinais de enfraquecimento e desarticulação. Percebe-se esse enfraquecimento e essa desarticulação, por exemplo, com a publicação que Miguel Nagib fez em 22 de agosto de 2020 no site da organização, na qual ele declarou: “Anuncio com tristeza o fim da minha participação no Movimento Escola sem Partido. Cessa, a partir de hoje, a atividade dos canais do ESP sob minha responsabilidade” (Escola Sem Partido, 2020, n.p.).

No entanto, a despeito do enfraquecimento e da desarticulação da Escola “sem” Partido nesse início da década de 2020, Penna (2018c) alerta para o fato de que os **efeitos** do discurso da organização independem da aprovação ou não do Programa Escola “sem” Partido ou da sua já declarada inconstitucionalidade. Indícios disso é a recente Lei Nº 18.637, do Estado de Santa Catarina, sancionada em de 8 de fevereiro de 2023 (Santa Catarina, 2023),

bem como o recente caso de perseguição política nas redes sociais aos professores do IFC, Carlos Eduardo Bartel (História) e Aline Meyer (Arte)^{iv}.

Problematizar, neste artigo, questões sobre uma proposta antidemocrática para educação brasileira e, ao mesmo explicitar uma proposta de educação democrática em Paulo Freire é agir e resistir ao discurso reacionário que se proliferou no Brasil em “tempos de Golpe”, um antídoto à organização Escola “sem” Partido, ao discurso reacionário e a outras propostas antidemocráticas que, sob novas faces, podem aparecer.

Referências

ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). **Escola “sem” Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, LPP, 2017. p. 63-74.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei N° 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 dez. 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Médio: atalho para o passado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 373-384, abr./jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017176604>.

ESCOLA SEM PARTIDO. Sobre nós. **Escola sem Partido**, 2019a. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

ESCOLA SEM PARTIDO. Objetivos. **Escola sem Partido**, 2019b. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 2 set. 2022.

ESCOLA SEM PARTIDO. O Programa – Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar. **Escola sem Partido**, 2019c. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 2 set. 2022.

ESCOLA SEM PARTIDO. Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar. **Escola sem Partido**, 2019d. Disponível em: <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acesso em: 2 set. 2022.

ESCOLA SEM PARTIDO. O adeus do fundador. **Escola sem Partido**, 2020. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ESPINOSA, Betty R. Solano; QUEIROZ, Felipe B. Campanuci. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). **Escola “sem” Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. p. 49-62.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire. 3 ed. Tradução de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). **Escola “sem” Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017a. p. 17-34.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). **Escola “sem” Partido**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, LPP, 2017b.

IMMIANOVSKY, Charles; CARVALHO, Carla. A arte/educação e as pesquisas sobre o ‘Escola sem Partido’. In: CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO DE ARTE/EDUCADORES DO BRASIL, 29., 2019. **Anais [...]**. Manaus: ConFAEBs. p. 332-344.

KATZ, Elvis Patrik. **Escola Sem Partido**: uma análise das investidas de poder sobre as identidades docentes. 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/8345>. Acesso em: 3 jan. 2023.

MATTOS, Amana *et al.* Educação e liberdade: apontamentos para um bom combate ao Projeto de Lei Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). **Escola “sem” Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. p. 87-104.

MOURA, Fernanda Pereira de. **“Escola Sem Partido”**: relações entre Estado, educação e religião. 2016. 188 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/174584>. Acesso em: 20 jun. 2022.

PENNA, Fernando de Araujo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). **Escola “sem” Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. p. 35-48.

PENNA, Fernando de Araújo. O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. In: GALLEGOS, Esther Solano. (org.). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018a. p. 114-118. E-book.

PENNA, Fernando de Araujo. Construindo estratégias para uma luta pela educação democrática em tempos de retrocessos. In: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). **Educação democrática**: antídoto ao Escola sem Partido. Rio de Janeiro: LPP/UFRJ, 2018b. p. 111-130.

PENNA, Fernando de Araujo. A tentativa reacionária de censura nos currículos escolares: compreendendo a subversão mútua entre as lógicas de socialização e subjetivação. **Psicologia Política**, Florianópolis, v. 18. n. 43, p. 557-572, set./dez. 2018c. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a08.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2022.

PENNA, Fernando de Araujo. O discurso reacionário de defesa do projeto “Escola sem Partido”: analisando o caráter antipolítico e antidemocrático. **Questio**, Sorocaba, v. 20, n. 3, p. 567-581, dez. 2018d. DOI: <https://doi.org/10.22483/2177-5796.2018v20n3p567-581>.

QUEIROZ, Felipe B. Campanuci; OLIVEIRA, Rafael Bastos Costa de. Liberdade para a democracia: considerações sobre a inconstitucionalidade da Escola sem Partido. In: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). **Educação democrática**: antídoto ao Escola sem Partido. Rio de Janeiro: LPP/UFRJ, 2018. p. 33-50.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). **Escola “sem” Partido**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, LPP, 2017. p. 75-86.

RAMOS, Marise Nogueira. Introdução. In: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). **Educação democrática**: antídoto ao Escola sem Partido. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. p. 7-14.

ROSENO, Camila dos Passos. **Escola Sem Partido**: um ataque direto às políticas educacionais de gênero no Brasil. 2017. 91 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares) – Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5056712#. Acesso em: 2 jan. 2023.

SANTA CATARINA. Lei Nº 18.637, de 8 de fevereiro de 2023. Altera o Anexo II da Lei nº 17.335, de 2017, que “Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para instituir a Semana Escolar Estadual de Combate à Violência Institucional Contra a Criança e Adolescente. **Diário Oficial de Santa Catarina**, Florianópolis, SC, n. 21.958, p. 1., 09 fev. 2023.

TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. **Escola sem partido**: indícios de uma educação autoritária. 2018. 199f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/166392>. Acesso em: 3 jan. 2023.

Notas

ⁱA inconsistência jurídica foi confirmada, por exemplo, na decisão liminar proferida pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2017, sobre a Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) N° 5537; na decisão, o ministro considerou inconstitucional a Lei N° 7.800/2016, do estado de Alagoas, sedimentada no Programa Escola “sem” Partido. E, em sessão virtual realizada de 17 de abril de 2020 a 24 de abril de 2020, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 457, proposta pela Procuradoria Geral da República (PGR) em 2017, o Plenário do STF, em decisão unânime, considerou inconstitucional outra lei sedimentada no Programa Escola “sem” Partido; a decisão é referente a Lei N° 1.516/2015 do Município de Novo Gama (GO), que proibiu a utilização de materiais didáticos que abordem questões de gênero e sexualidade nas escolas públicas municipais.

ⁱⁱOs dois textos estão disponíveis, respectivamente em: <http://escolasempartido.org/blog/em-1964-ex-deputada-sandra-cavalcanti-ja-alertava-contr-a-picaretagem-do-metodo-paulo-freire/>. Acesso em: 10 nov. 2022; <http://escolasempartido.org/blog/freire-o-patrono-da-doutrinacao/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ⁱⁱⁱPara detalhes sobre o levantamento ler: *A arte/educação e as pesquisas sobre o ‘Escola sem Partido’* (IMMIANOVSKY; CARVALHO, 2019).

^{iv}Para detalhes, ler a notícia *Como uma rede de políticos articulou ataques virtuais contra professores em SC*. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2022/07/26/como-uma-rede-de-politicos-articulou-ataques-virtuais-contr-a-professores-em-sc/>. Acesso em: 10 set. 2022.

Sobre os autores

Carla Carvalho

Doutora em Educação – UFPR. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau (FURB); líder do Grupo de Pesquisa Arte e Estética na Educação (FURB – SC). E-mail: ca_carvalho@icloud.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1402-7920>.

Antônio José Muller

Doutor em Educação pela University of Texas at El Paso – EUA. Professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau (FURB); líder do Grupo Filosofia e Educação – EDUCOGITANS (FURB). E-mail: antoniomuller2@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3772-331X>.

Charles Immianovsky

Doutor em Educação – FURB. Professor do Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus Luzerna; membro do Grupo de Pesquisa Arte e Estética na Educação (FURB – SC). E-mail: charles.ismirnov@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4682-4959>.

Recebido em: 30/06/2023

Aceito para publicação em: 11/02/2024